



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679761 - SP (2021/0217331-9)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : ALISSON SILVA GARCIA
ADVOGADO : ALISSON SILVA GARCIA - SP338984
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EDSON ALMEIDA DO NASCIMENTO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EDSON ALMEIDA DO NASCIMENTO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal 0064823-42.2014.8.26.0050).

O paciente foi condenado ao cumprimento da pena de 1 ano, 6 meses e 20 dias de reclusão no regime prisional semiaberto, além do pagamento de 15 dias-multa por infração ao art. 168, § 1º, inciso III, c/c art. 71, *caput*, ambos do Código Penal.

O impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal tendo em vista que a condenação do paciente transitou em julgado no dia 29/10/2020 e "provavelmente nos próximos dias será expedido mandado de prisão contra o paciente" (fl. 3).

Defende que o paciente deveria iniciar o resgate da sua reprimenda em prisão domiciliar, nos termos da Recomendação CNJ n. 62/2020, tendo em vista que é portador de diabetes e hipertensão, fazendo parte do grupo de risco da covid-19.

Destaca a existência de *periculum in mora*, "pois o paciente já se encontra prestes a ingressar no regime semiaberto para cumprir pouco mais de 100 dias de prisão, tempo esse suficiente para ser contaminado e possivelmente perder sua vida, considerando o degradante sistema prisional paulista" (fl. 9).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem "visando impedir a decretação de prisão do paciente, convertendo-a em domiciliar conforme fundamentação" expedindo-se o respectivo salvo conduto em seu favor (fl. 9).

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria de fundo não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de

instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19.

GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA.

INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente